

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.752 - SP (2019/0221166-3)

RELATORA	: MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
EMBARGANTE	: ANDRE LUIZ GODOI
EMBARGANTE	: LUIZ CARLOS MARCELINO
EMBARGANTE	: HUMBERTO DE SOUSA PRAXEDES
EMBARGANTE	: AILSON PINHEIRO DE OLIVEIRA
EMBARGANTE	: GILSON DA SILVA
EMBARGANTE	: MAURICIO TABAJARA ALMEIDA BORGES
EMBARGANTE	: MARCELO PEREIRA DOS SANTOS
EMBARGANTE	: AIRTON CARLOS ANDRADE DOS SANTOS
EMBARGANTE	: RENATO DE SOUZA RABELO
EMBARGANTE	: DIERLEN TEODORO
ADVOGADOS	: WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006 WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SPP229720
EMBARGADO	: SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
EMBARGADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: NATHALIA MARIA PONTES FARINA - SP335564

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por ANDRE LUIZ GODOI e outros, a decisão de minha lavra, assim fundamentada:

"Trata-se de Recurso Especial, interposto por ANDRE LUIZ GODOI e OUTROS, com fundamento nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

'POLICIAIS MILITARES. Quinquênios e sexta-parte sobre os vencimentos integrais de período anterior ao ajuizamento de mandado de segurança coletivo por associação de policiais militares. Ação proposta por policiais militares da ativa e por inativos. Ilegitimidade passiva de São Paulo Previdência, dado que no período a que se refere a postulação, de 29-08-2003 a 28-08-2008, ainda eram do Estado os encargos das aposentadorias de todos os servidores públicos estaduais. Não ocorrência do trânsito em julgado no mandado de segurança coletivo que não constitui óbice à demanda pelo período anterior ao seu ajuizamento. Não é caso de suspensão do processo porque haverá nova incursão no pedido e na causa de pedir, atendendo, ainda, à garantia de inafastabilidade da jurisdição. Ressalvado entendimento em contrário, adota-se a orientação

fixada pelo Superior Tribunal de Justiça, pela interrupção da prescrição com o ajuizamento do mandado de segurança coletivo, cujo prazo voltará a fluir, pela metade, após o trânsito em julgado no referido processo. Legitimidade ativa. Repercussão geral que não abrange essa hipótese. Legitimidade extraordinária da associação no mandado de segurança coletivo. Não se exige autorização expressa dos associados, nem comprovação do momento da filiação e tampouco apresentação de rol dos associados. Toda a categoria é beneficiada. Matéria de fundo. Quinquênios e sexta parte. Incidência sobre todas as verbas não eventuais que integram a remuneração regular dos servidores e os proventos de aposentadoria. Cabimento. Regramento do artigo 129 da Constituição do Estado aplicável também aos servidores militares. Norma de superior hierarquia que prevalece sobre o dimensionamento mais restrito da Lei Complementar 731/1993. Precedentes. Adicional de Insalubridade e Adicional de Local de Exercício que integram a remuneração dos policiais militares em caráter regular e por isso serão considerados para efeito dos quinquênios e da sexta-parte. Honorários advocatícios majorados em razão do recurso. Para evitar repetição de embargos de declaração com objetivo de acesso aos tribunais superiores, são abordados os questionamentos que neles vêm sendo formulados. Parcialmente providos o recurso e o reexame necessário, somente para extinguir o processo, por ilegitimidade passiva, em relação a São Paulo Previdência, com fixação de honorários advocatícios recursais' (fls. 302/303e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 392/397e), os quais restaram não conhecidos, nos termos da seguinte ementa:

'EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Expressamente abordados pelo acórdão embargado os aspectos suscitados, inclusive chamando a atenção, na parte final da ementa, que se fazia para tentar evitar a repetição de embargos de declaração com objetivo de acesso aos tribunais superiores, em relação aos questionamentos que vinham sendo feitos por esse meio. Falta de interesse recursal. Embargos não conhecidos' (fl. 400e).

Nas razões do Recurso Especial, a parte ora recorrente aponta, além

do dissídio jurisprudencial, violação do **art. 240 do CPC/2015, e dos arts. 202, I, e 405 do Código Civil**, ao fundamento de que 'o termo inicial dos juros de mora deve ser fixado na data da notificação da autoridade coatora do mandado de segurança que a embasou, porquanto é este o momento em que se constitui em mora do devedor quanto ao pagamento dos efeitos patrimoniais vindicados' (fl. 370e).

Por fim, requer 'se digne Vossas Excelência, em receber o presente recurso, processando-o para julgamento, para dele conhecer e prover com o fito de reformar o v. acórdão ora combatido, para fixar a data da notificação da autoridade coatora no *writ* coletivo como termo inicial dos juros de mora na presente ação ordinária de cobrança, pois é o momento em que se efetiva a interrupção do prazo prescricional e a evidente constituição em mora do devedor' (fls. 376/377e).

Contrarrazões a fls. 406/413e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 476/477e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Ação de Cobrança ajuizada pela parte ora recorrente, com o objetivo de obter 'o pagamento das parcelas vencidas e não pagas entre o período de 29/08/2003 até 28/08/2008, a título de recálculo dos adicionais temporais (quinqüênio e sexta-parte), obedecendo o que restou julgado no *writ* de nº 0600593-40.2008.8.26.0053 (053.08.600593-9)' (fl. 8e).

Julgada procedente a demanda, recorreu a ré (fls. 241/279e), tendo sido reformada a sentença, pelo Tribunal local (fls. 301/316e), dando parcial provimento à Apelação e à remessa necessária, "somente para extinção do processo, por ilegitimidade passiva, em relação a São Paulo Previdência" (fl. 316e).

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, por simples cotejo entre as razões do Recurso Especial e os fundamentos do acórdão recorrido, observa-se que a tese recursal contida nos arts. 240 do CPC/2015 e 202, I, e 405 do Código Civil, sequer implicitamente, foi apreciada pelo Tribunal de origem, não obstante terem sido opostos Embargos de Declaração, para tal fim.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ('inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*').

Nesse sentido:

'AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

6. Agravo interno não provido' (STJ, AgInt no AREsp 1.172.051/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Acrescente-se que, se a parte recorrente entendesse persistir algum vício no acórdão impugnado, imprescindível a alegação de violação ao art. 535 do CPC/73 (1.022 do CPC/2015), por ocasião da interposição do Recurso Especial, sob pena de incidir no intransponível óbice da ausência de prequestionamento.

Assim, à mingua de prequestionamento, inviável a apreciação da aludida tese recursal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I." (fls. 501/504e).

Inconformada, sustenta a parte embargante que:

"2. Antes de colocar sob uma ótica dialética a utilização da Súmula 211/STJ para negar conhecimento ao recurso dos ora embargantes, é imperioso destacar e sublinhar que em casos absolutamente idênticos, cujos autos têm origem idêntica e foram resolvidos nas instâncias ordinárias pelo mesmo modelo padronizado de acórdão que aqui está sob exame – os quais foram impugnados por recurso especial idêntico ao de fls. 319/336 (e-SJT) -, VOSSA EXCELÊNCIA não só venceu a fase da admissibilidade, como deu provimento à pretensão dos particulares.

3. Apenas para citar os três mais recentes: REsp 1.828.264/SP, DJe de 03/09/2019; REsp 1.828.129/SP, DJe de 03/09/2019; REsp 1.815.803/SP, DJe de 03/09/2019.

4. Além disso, com o mais devido respeito ao entendimento de VOSSA EXCELÊNCIA, mas os ora embargantes pedem o esclarecimento da respeitável decisão de fls. 501/504 (e-STJ), tendo em vista a dificuldade deles a compreenderem, uma vez que o referido fundamento não é apto a barrar o conhecimento do recurso especial de fls. 319/336 (e-STJ), isto porque, no acórdão recorrido de fls. 301/316 e-STJ está presente o prequestionamento explícito da matéria, abordada através do Recurso Especial de fls. 319/336 e-STJ. Ainda, especialmente porque há precedentes favoráveis à pretensão recursal dos ora embargantes, como devidamente demonstrado em cotejo analítico" (fls. 507/508e).

Por fim, requerem "sejam conhecidos e acolhidos os presentes embargos de declaração, para que o culto Relator, com o devido respeito, mas numa demonstração de humildade, esclareça a obscuridade acima suscitada" (fl. 511e).

Intimada, a parte embargada deixou transcorrer o prazo para impugnação ao recurso (fl. 518e).

A irresignação não merece acolhida.

De início, seja à luz do art. 535 do CPC/73, ou nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Na lição de JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, "há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício (...), ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico da matéria submetida à sua cognição, em causa de sua competência originária, ou

obrigatoriamente sujeita ao duplo grau de jurisdição (art. 475), ou ainda mediante recurso, inclusive quanto a ponto acessório, como seria o caso de condenações em despesas processuais e honorários advocatícios (art. 20), ou de sanção que se devesse impor (por exemplo, as previstas no art. 488, nº II, e no art. 529)" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Volume V, Forense, 7ª edição, p. 539).

Constata-se a contradição quando, no contexto do acórdão, estão contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão.

Assim, a contradição que rende ensejo à oposição de Embargos de Declaração é aquela interna do julgado, cumprindo trazer à luz o entendimento de PONTES DE MIRANDA acerca do tema, **in verbis**:

"A contradição há de ser entre enunciados do acórdão, mesmo se o enunciado é de fundamento e outro é de conclusão, ou entre a ementa e o acórdão, ou entre o que vitoriosamente se decidira na votação e o teor do acórdão, discordância cuja existência se pode provar com os votos vencedores, ou a ata, ou outros dados" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo VII, 3ª edição, Forense, 1999, p. 322).

Para ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA, "a rigor, há de se entender que o erro material é aquele que consiste em simples *lapsus linguae aut calami*, ou de mera distração do juiz, reconhecível à primeira vista. Sempre que o suposto erro constitui o resultado consciente da aplicação de um critério ou de uma apreciação do juiz, ainda que inócua, não haverá erro material no sentido que a expressão é usada pela disposição em exame, de modo que sua eventual correção deve ser feita por outra forma, notadamente pela via recursal" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Rio de Janeiro: Forense, 2003, Volume IV, p. 301). Na mesma linha, o escólio de EDUARDO TALAMINI: "O erro material reside na *expressão* do julgamento, e não no julgamento em si ou em suas premissas. Trata-se de uma inconsistência que pode ser clara e diretamente apurada e que não tem como ser atribuída ao *conteúdo do julgamento* – podendo apenas ser imputada à forma (incorreta) como ele foi exteriorizado" (**in** Coisa Julgada e sua Revisão, RT, 2005, p. 527).

A obscuridade, por sua vez, verifica-se quando há evidente dificuldade na compreensão do julgado. Ocorre quando há a falta de clareza do **decisum**, daí resultando a ininteligibilidade da questão decidida pelo órgão judicial. Em última análise, ocorre a obscuridade quando a decisão, no tocante a alguma questão importante, soluciona-a de modo incompreensível. É o que leciona VICENTE GRECO FILHO:

"A obscuridade é o defeito consistente na difícil compreensão do texto

da sentença e pode decorrer de simples defeito redacional ou mesmo de má formulação de conceitos. Há obscuridade quando a sentença está incompreensível no comando que impõe e na manifestação de conhecimento e vontade do juiz. A obscuridade da sentença como os demais defeitos corrigíveis por meio de embargos de declaração prejudicando a inteligência da sentença prejudicará a sua futura execução.

A dúvida é o estado de incerteza que resulta da obscuridade. A sentença claramente redigida não pode gerar dúvida" (in Direito Processual Civil Brasileiro, vol. 2, São Paulo: Saraiva, 2000, p. 241).

Infere-se, portanto, que, não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

In casu, da leitura dos fundamentos aduzidos no acórdão e o conteúdo normativo dos artigos 202, I, e 405 do Código Civil e 240 do CPC/2015, indicados como violados, e a tese a eles relacionadas, conclui-se que não foram objeto de discussão, e, apesar da oposição de Embargos de Declaração, não serviram de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal **a quo**. Desatendido, portanto, o requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula 211/STJ.

Com efeito, para que se configure o prequestionamento, nos termos do regramento vigente à data da interposição do Recurso Especial, não basta que a parte recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal. **É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada**, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

De fato, os autos dão notícia de que foram manejados Embargos Declaratórios na origem, para suscitar o exame do argumento em questão (fls. 392/397e), porém constata-se que o acórdão integrativo de fls. 399/401e não os conheceu. Como se não bastasse, deixou a parte recorrente, ora embargante, de apontar violação ao art. 1.022 do CPC/2015 no Apelo Excepcional.

Deve-se ressaltar que, seja à luz do CPC/73 ou do CPC vigente, os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.

1. **Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.**

2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rcl 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. **Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.**

2. **No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.**

3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Pelo exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora